



CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA PARAÍBA - CAU/PB

EDITAL DE FOMENTO PARA PROJETOS RELACIONADOS À POPULARIZAÇÃO E DIFUSÃO DE AÇÕES EM ATHIS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CAU/PB 01/2024

ANEXO I – PORTARIA N° 007/2024, de 31 de julho de 2024.

Cria a Comissão Julgadora de Projetos do Edital de Patrocínio n° 01/2024 no âmbito do CAU/PB, para o exercício de 2024.

O Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba (CAU/PB), no uso de suas atribuições, e competências delegadas através da Lei 12.378/2010 de 31 de dezembro de 2010, de acordo com os art. 147, do Regimento Interno CAU/PB, resolve:

Considerando os Princípios Constitucionais que regem a Administração Pública, da Legalidade, da Impessoalidade, da Moralidade, da Eficiência e da Publicidade;

Considerando a missão do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU de “Promover a Arquitetura e Urbanismo para todos”;

Considerando a independência administrativa de cada CAU/UF e do CAU/BR para determinar seus respectivos projetos e metodologias operacionais dos mesmos;

Considerando a necessidade de cumprimento do **EDITAL SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA PATROCÍNIO PELO CAU/PB** para o exercício de 2024, e a necessidade de avaliação das propostas de forma isenta e objetiva, atendendo os parâmetros previstos no edital e seus anexos;

Resolve:

Nomear como membros da Comissão de Seleção do **EDITAL SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS PARA PATROCÍNIO PELO CAU/PB - EDITAL CAU/PB 01/2024**:

- 1. Nome – Jeanne Christine Versari Ferreira (Presidente da Comissão)**
- 2. Nome – Marcela Marques Abla (Titular)**
- 3. Nome – Marcus Vinicius Augustus Fernandes Rocha Bernardo (Titular)**
- 4. Nome – Ludmila de Araújo Correia (Suplente)**
- 5. Nome – Flávio Higuchi Hirao (Suplente)**



Art. 1º. Compete à Comissão de Seleção:

- I. Conduzir sessões referentes ao Edital;
- II. Analisar e julgar as propostas devidamente inscritas;
- III. Receber e julgar impugnações e recursos;

§ 1º. Para cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá solicitar pronunciamentos ou pareceres de qualquer área técnica especializada ou jurídica desta Autarquia, ou quando necessário de especialistas contratados.

§ 2º. A elaboração das minutas de editais e contratos será de competência da Assessoria Jurídica, já as providências para a divulgação de instrumentos convocatórios, a posterior formalização dos contratos e o acompanhamento dos mesmos, continuarão fazendo parte das atribuições da Gerência Geral.

Art. 2º. A Comissão de Seleção disporá de auxílio da Secretaria Geral ou de Assistente Administrativo para serviços de expediente, diretamente subordinada à Diretoria.

Art. 3º. A Comissão de Seleção está ligada ao Conselho Diretor do CAU/PB, estando submetida aos mesmos regramentos de funcionamento da Comissão.

Art. 4º. O exame e a discussão das propostas dos proponentes serão feitos com base nos critérios definidos no respectivo instrumento convocatório, escolhendo-se as Proponentes vencedoras que tenham atendido em melhores condições às exigências dos mesmos.

Art. 5º. Será emitida uma decisão em forma de parecer conclusivo, assinado por todos os membros da Comissão presentes à reunião de julgamento e de classificação final das propostas.

Art. 6º. Respeitando os princípios consubstanciados na Constituição Federal, os membros devem seguir os princípios abaixo descritos:

- I. Proceder de forma democrática, abrindo espaços de discussão a todos os que participam da convocação, direta ou indiretamente, sempre com transparência, fazendo disso um modelo de gestão;
- II. Assegurar a todos os interessados o direito de receber informações, à exceção dos absolutamente sigilosos na fase que antecede a abertura das propostas, bem como obter certidões para a defesa de seus direitos e esclarecimentos de situações de seu interesse;
- III. Observar o princípio do contraditório e do devido processo legal, reavaliando seus atos, sempre que questionados, a fim de que não haja desrespeito a nenhum particular;
- IV. Respeitar o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, que não podem ser feridos quando da aplicação da lei;



V. Resguardar no trato cotidiano, os valores sociais, especialmente a pluralidade, a transparência, a ética e a democracia;

VI. Praticar a auto responsabilidade como expressão do trabalho livre e produtivo, submetendo a auto avaliação constante;

VII. Priorizar o acúmulo de informações, visando à formação de um conhecimento sistêmico, promovendo um intercâmbio de informações entre os membros da Comissão;

Art. 7º. Os casos omissos serão decididos pela Comissão e caso necessário pela Diretoria do CAU/PB.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

João Pessoa, Paraíba, 31 de julho de 2024.

Documento assinado digitalmente
 RICARDO VICTOR DE MENDONÇA VIDAL
Data: 31/07/2024 11:11:53-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RICARDO VICTOR DE MENDONÇA VIDAL

Presidente do CAU/PB